



DOCUMENTO

A CELEBRAÇÃO DA EUCARISTIA NAS PEQUENAS COMUNIDADES DA AMAZÔNIA

Egydio Schwade

Nota introdutória: Egydio Schwade é certamente uma das vozes mais vibrantes da defesa dos direitos dos povos nativos da Amazônia, em sua luta para manterem sua terra e cultura, ambos constantemente ameaçados pelos programas estatais de desenvolvimento dessa região. Entre os anos de 1973 e 1980 foi secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), período em que se envolveu com a defesa dos Waimiri-Atroari. Dos trabalhos junto a esse povo e às pastorais sociais na diocese de Itacoatiara nasceu um conhecimento profundo da religiosidade e da cultura amazônica e um compromisso duradouro com as causas dos mais pobres, inclusive com as expressões de sua fé. O texto que se segue, como os demais dessa sessão de documentos deste dossiê, testemunha o engajamento de importantes setores da Igreja Católica no norte do país com aqueles que resistem às lógicas hegemônica e aos interesses do capital.

Um dos maiores escândalos da Igreja Católica, ao longo da sua História, foi a exclusão sistemática das pequenas comunidades interioranas da celebração autônoma da Eucaristia. Elas produzem a matéria prima da partilha, da eucaristia. E, sinalizando para a sua importância, a única celebração, ao que se saiba, que Jesus realizou após a ressurreição, foi em Emaús. Uma pequena comunidade interiorana, cujos participantes supostamente produziram, a partir da Mãe-Terra, o pão e o vinho para a sua mesa e para a partilha com os irmãos e irmãs. Hoje, a celebração da eucaristia está mais distante justamente daqueles que garantem a matéria da partilha na qual o Cristo vivo se faz presente.

Assim, São Francisco de Assis, uma pequena comunidade do interior da paróquia dos Santos Mártires e Nossa Senhora Aparecida, Município de Presidente Figueiredo, Amazonas. Localiza-se no Km 137 da BR-174, Manaus-Boa Vista. Há 2 km do local de onde levantou voo, em um helicóptero, em 1968, o Pe. João Calleri com uma equipe de



10 homens e mulheres da periferia de Manaus, rumo ao povo Waimiri-Atroari, onde, poucos dias depois, foram mortos. São Francisco de Assis foi a primeira comunidade católica no lado Amazonas da BR-174. Referência e ponto de celebração da eucaristia dos primeiros padres da Arquidiocese de Manaus quando atendiam a rodovia, antes que a área fosse assumida pela Prelazia de Itacoatiara. Foi ela também que acolheu em 1981, o bispo Jorge, de Itacoatiara, em sua primeira visita à região. Ali foi criada, naquele ano de 1981, a primeira delegacia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o apoio do CIMI e da CPT, que nós – Doroti, minha esposa e eu – na oportunidade representamos. Desde fevereiro de 1984, quando nos fixamos nesta região, fomos testemunhas do carinhoso acolhimento que a comunidade prestava, indiscriminadamente, não apenas aos motoristas e peregrinos da BR-174, mas principalmente aos agricultores que se foram instalando e formando comunidade nas vizinhanças, ou seja, no Rio Canoas e no Igarapé Canastra.

A partir da criação da paróquia, poucas vezes alguém celebrou a eucaristia ali, simplesmente, porque ela permaneceu uma minúscula comunidade, sete famílias apenas. Finalmente, ficou abandonada. Devido ao abandono, algumas famílias debandaram da Igreja Católica para outras denominações cristãs. Mas um núcleo ficou fiel. Hoje, de volta à Arquidiocese de Manaus, poucos agentes de pastoral sequer ainda param ali.

Na situação da comunidade São Francisco de Assis se encontram muitas outras nesta Amazônia. Pouca ou nenhuma presença da igreja institucional, sem nenhuma autonomia para a celebração da eucaristia, embora não lhes falte a matéria prima da partilha. E sabemos, desde os primórdios, que a Eucaristia é essencial para comunidade católica.

A destituição pelo Papa e pelo Rei de Portugal, dos pajés das comunidades indígenas, para substituí-los por padres celibatários sob o controle do padroado e não permanentes, quebrou a perspectiva da fé cristã destas comunidades que já estava desencadeada ali antes da vinda dos europeus, como reconhece o Concílio Vaticano II. Este equívoco, apesar das recomendações do Concílio, permanece e deve ser reconhecido e corrigido. A comunidade católica não pode deixar no anonimato esta “Igreja do Silêncio” que está marginalizada. Ela é também representada por todos aqueles que lutam dentro da Igreja pela superação deste problema tão simples, mas tão decisivo para a humanidade.

Em Emaús houve alguns conteúdos importantes que propiciaram o milagre da Eucaristia. Havia pessoas que trabalhavam a terra para fazer surgir a matéria da Eucaristia.



No caso, famílias de agricultores. Embora esquecidos, provavelmente, nunca um fariseu ou dono da lei, visitou aquela família. Com certeza, além das pessoas chegantes, moravam naquela casa pelo menos mais uma mulher com uma ou mais crianças. Havia pessoas cientes dos acontecimentos recentes e passados, que atualizaram, interpretando-os para o momento. Havia os conhecedores de plantas e de alimentos que compartilharam com alegria as novidades que descobriram ou criaram ou trouxeram de amigos de outras comunidades daquele interior. Havia a consciência, a ciência congênita, que Deus lhes inscreveu nos corações e que os levava a dividir o saber e o ter.

A dinâmica da liturgia da Igreja Católica deve ser invertida. Ela deve partir das comunidades rurais. É lá que ela deve funcionar em primeiro lugar. Lá onde os alimentos são produzidos. Não a partir dos grandes centros urbanos, que jamais entenderão a Eucaristia sem que entendam como os alimentos são produzidos e quem os produz. Hoje a cidadania domina, a seu modo, a celebração da Eucaristia. As humildes e pequenas comunidades interioranas, cobertas de preconceitos, como, “jeca-tatu”, “vá plantar batata”, são sempre as primeiras excluídas da liturgia eucarística. E a condução da liturgia eucarística se tornou privilégio exclusivo do Papa, dos Bispos e de padres celibatários que são funcionários, cidadãos do Estado do Vaticano. Os “cristãos”, aqueles “pagãos” do Império Romano e dos Estados e Impérios que se seguiram, homens e mulheres das comunidades do interior, foram excluídos. Um verdadeiro escândalo da fé católica.

Se estas comunidades são hoje, frequentes vezes, joguete do aliciamento de políticos e agentes estranhos a sua fé, é porque não tem autonomia para celebrar a partilha do pão, a eucaristia. Não há nenhuma chance de algum dia a comunidade São Francisco de Assis ter um atendimento permanente e autonomia para celebrar semanalmente a eucarística por padre celibatário.

Quando a nossa Paróquia de 29.631 Km², passou da Prelazia de Itacoatiara para a Arquidiocese de Manaus, esta convocou uma assembleia paroquial. A presença do padre foi a única reivindicação unânime das 50 comunidades de então. O povo de Deus quando reclama a presença de um padre, reclama a celebração da eucaristia, a comunhão. A ordenação de ministros da Eucaristia, hoje, é uma elegante maneira de enganar as comunidades. Rezar por mais padres também não soluciona, porque a solução deste problema não depende de Deus, mas dos bispos e do Papa. O celibato não é uma instituição divina.



Rezar para que Deus solucione este problema que o Papa e os bispos podem resolver, é tentar a Deus. Então, no caso, é preciso rezar pela conversão do Papa e dos Bispos.

Como padre casado, em consciência, nunca solicitei a laicização. E ao longo dos meus 37 anos de presença nesta região com falta crônica de padres celibatários para atender essas comunidades, pensei muitas vezes em propor à Igreja Institucional que me autorizasse a celebrar todo o fim de semana em alguma dessas comunidades interioranas abandonadas. E cheguei a fazê-lo por duas vezes. Uma por escrito. Nem resposta sequer obtive. Outra de viva voz. Senti insegurança e temor no bispo e não mais insisti.

Mas conhecendo a situação das comunidades não apenas aqui, mas em quase toda da região amazônica (Doroti, como missionaria leiga da Operação Anchieta – OPAN, já atuara no Noroeste de Mato Grosso e como coordenadora do CIMI da Amazônia Ocidental em todo o Purus, no Médio Madeira e no rio Envira e eu ainda padre celibatário, como coordenador técnico da OPAN e depois como Secretário Executivo do CIMI Nacional, andei por todo o interior da Amazônia), tomamos a iniciativa de irmos celebrar, todas as semanas, na comunidade São Francisco de Assis. Não tivemos outra intenção senão a de partilhar com aquelas famílias uma bolsinha de pão, um frasco de mel, colhido de nossas colmeias e as ideias em torno de um texto bíblico ou da realidade do momento. Não tem igreja ou capela. Cada semana nos reuníamos em família diferente. A família onde nos reuníamos oferecia o ambiente, o vinho (de cupuaçu, bacaba, açai, araçá-boi, patauí, caju...) e às vezes o bolo de macaxeira. Nunca faltaram nem o vinho, nem o pão ou bolo e nem ideias para partilhar. Com o apoio da instituição ou sem ela, sempre tivemos a certeza da presença do Jesus vivo e atuante no meio daquela comunidade reunida. E não mais senti necessidade de lutar pela Ordem, pelo direito que tenho como padre ordenado de presidir uma celebração eucarística. Senti que na celebração, na partilha, sob a direção das donas e donos das casas onde nos reunimos, acontece a presença de Jesus.

E sentimos, Doroti e eu, com certeza, que por motivo de atitudes como esta, ao longo de nossa vida, também em outros momentos e situações, sempre temos sido profundamente aceitos pelo clero e pelo povo cristão, católico ou não, e pudemos colaborar ativamente na vida do Povo de Deus, durante todo o tempo de casados. Assim, independente dos vereditos das autoridades da Igreja, os padres casados, tem hoje uma das mais essenciais missões na Igreja Católica que é a de unir pequenas comunidades de fiéis em torno



da Eucaristia, livrando-as da ditadura que as impede de celebrarem semanalmente a Eucaristia. E mais, de colaborar para que o clero celibatário volte a se reencontrar em sua vocação livrando-se de sua escravidão às instituições estáticas.

O padre e a irmã celibatários têm na Igreja uma missão diferente daquela que exercem hoje. Hoje correm de cá pra lá, como funcionários de instituições na busca de solucionar o problema da falta de sacerdotes em colégios, universidades, paróquias... quando em verdade deveriam ser as pessoas mais livres da Igreja, celebrando a Eucaristia, sim, mas andando livremente sem fronteiras de estados ou circunscrições estatais, unindo, informando e conscientizando a Igreja, Povo de Deus, principalmente sobre a situação dos mais necessitados no conjunto da Igreja. Estar presente lá onde o Povo de Deus mais sofre e levar a solidariedade às comunidades mais carentes, animá-las a conquistar seus direitos, sua autonomia, sua maneira de ser. Ser presença ali.

Reconquistar esta missão para a Igreja é uma tarefa de todos, mesmo de quem tem votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência. Ela é, na Igreja, mais essencial do que qualquer outra missão. Se ela não existe, as comunidades ficam à mercê de todos os tipos de “lobos”.

A celebração autônoma da Eucaristia, principalmente, nas comunidades rurais, é essencial para que elas se coloquem de pé, diante das tentativas de manipulação do Estado quer chame-se ele de brasileiro ou Vaticano. E não é possível celebrar a partilha do pão com autonomia, sem a relação da comunidade com a Mãe-terra. É ela que lhe dá liberdade e segurança na comida partilhada. A partilha dos alimentos, oferecidos pelos diferentes contextos e regiões pela Mãe-Terra e partilhados entre a vida que deles necessita é o objetivo primeiro do Cristianismo. Assim viveram as primeiras comunidades cristãs até o ano 313 quando o Estado as absorveu, amansou e enquadrou no cimento e no asfalto.

Durante os primeiros 313 anos do Cristianismo a celebração da Eucaristia estava intimamente ligada aos agricultores como fornecedores da matéria prima da partilha. Não existia sacrário. O cristão era portador da Eucaristia para presos e necessitados, que eram incluídos na distribuição dos bens da partilha.

A caminhada que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) iniciaram nos anos 60 e a Operação Anchieta (OPAN) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nas comunidades indígenas, foi uma retomada desta boa nova de Jesus Cristo. E o resultado? Povos



condenados à extinção, considerados “causa perdida”, hoje estão aí, cheios de vida, muitos ressurgidos, exigindo, de Norte a Sul do país, os seus direitos à terra, ao seu modo de ser e a sua autonomia plena: o direito ao Bem-viver.

No chão da Igreja Cristã deve estar uma comunidade que se dedica à terra da qual recebe os alimentos que garantem a autonomia e a Economia da Reciprocidade da Vida na Terra. A esta comunidade deve ser garantida, em primeiro lugar, o domínio da celebração da eucaristia. Ela não pode depender do cidadão da metrópole, da cidade, do cimento, do asfalto... onde corre o perigo de perder a visão global da vida.

É missão das lideranças das Igrejas Cristãs unir as pequenas comunidades de fiéis em torno da Eucaristia. livrá-las do aliciamento político que as submete aos estados e às ditaduras. Elas precisam poder celebrar, plenamente, a Eucaristia, a Partilha, o Bem-Viver

Texto publicado originalmente no Portal do Instituto Humanitas UNISINOS (www.ihu.unisinos.br) e no Blog da Casa da Cultura do Urubuí (Amazonas, 23 de outubro de 2017) e reproduzido aqui com a autorização do autor.